



Exame de Ordem

Prova Prático-Profissional

Aplicação: 29/8/2004

TARDE

Área: DIREITO TRIBUTÁRIO

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Todos Todos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **uma** proposta para elaboração de peça profissional e **três** questões, correspondentes à prova prático-profissional, e **cinco** páginas para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Durante a realização da prova prático-profissional, será permitida a consulta à legislação, a livros de doutrina e a repertórios jurisprudenciais, mas será vedada a utilização de obras que contenham formulários e modelos.
- 5 Não será permitido o empréstimo de nenhum material entre os examinandos, mesmo daquele que já tenha terminado a prova.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante a prova, não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para as respectivas folhas.
- 9 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 10 Não será avaliado texto definitivo escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do local apropriado.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I 30/8/2004, a partir das 10 h – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 31/8/2004 a 2/9/2004 – Recursos (prova objetiva): em locais e horários que serão informados na divulgação dos gabaritos.
- III 28/9/2004 – Resultado final da prova objetiva e resultado provisório da prova prático-profissional: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Internet — www.cespe.unb.br.
- IV 29 e 30/9/2004 e 1.º/10/2004 – Recursos (prova prático-profissional): conforme será disciplinado no edital de divulgação do referido resultado.
- V 27/10/2004 – Resultado final da prova prático-profissional e do exame.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 5 do Edital n.º 1/2004 – OAB/ES, de 29/6/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – DIREITO TRIBUTÁRIO

- Nesta prova — que vale **dez** pontos, sendo **quatro** pontos para a peça profissional e **dois** pontos para cada uma das questões —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para a(s) respectiva(s) página(s) de **TEXTO DEFINITIVO**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Na peça profissional e em cada uma das questões, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** e de **trinta** linhas, respectivamente, será desconsiderado.
- Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) página(s) de **TEXTO DEFINITIVO** correspondente(s).

ATENÇÃO! No caderno de **textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

PARTE I – PEÇA PROFISSIONAL

Instituição assistencial sem fins lucrativos, o Orfanato e Educandário Infância Feliz recorreu ao Poder Judiciário para evitar o pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que vinha, até então, recolhendo regularmente. Sua ação declaratória foi proposta em 15/2/2003.

Em primeira instância, a decisão proferida não lhe foi favorável, tendo sido condenado a continuar submetido à incidência do tributo. Quando do julgamento da apelação, a decisão colegiada da instância revisora declarou a imunidade da instituição e anulou a decisão de primeira instância, reconhecendo não estar a entidade obrigada ao pagamento da CSLL. Não houve recurso às instâncias superiores e a decisão transitou em julgado em 10/8/2004.

Como a instituição havia mantido o pagamento da contribuição até a prolação do acórdão favorável, um escritório de advocacia foi encarregado de reaver o tributo pago até então.

Em face da situação hipotética acima relatada, e na condição de advogado do escritório de advocacia encarregado de reaver o tributo pago, formule a peça processual adequada, apresentando apropriado fundamento jurídico (doutrina, legislação e jurisprudência).

RASCUNHO – PEÇA PROFISSIONAL – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PEÇA PROFISSIONAL – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PARTE II – QUESTÃO 1

Em razão de ter recebido notificação de cobrança de contribuição de melhoria, decorrente de valorização do imóvel da sede de orfanato reconhecido como instituição assistencial sem fins lucrativos, o administrador dessa entidade formulou consulta a um escritório de advocacia para saber se o orfanato seria imune a tributos de qualquer natureza.

Considerando a hipótese acima proposta, redija um texto dissertativo que responda, fundamentadamente e da forma mais completa possível, à consulta do administrador.

PARTE II – QUESTÃO 2

Considere que, em 10/10/2003, tenham sido publicados os seguintes dispositivos no Diário Oficial:

- ▶ lei ordinária municipal modificando a base de cálculo do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU);
- ▶ medida provisória federal majorando a cota patronal da contribuição para o sistema geral de previdência (INSS);
- ▶ lei federal majorando o imposto sobre a renda.

Em face dessas considerações, redija um texto dissertativo e informe a partir de que data podem ser exigidos cada um desses tributos, indicando, em cada caso, os princípios pertinentes.

PARTE II – QUESTÃO 3

Defina lançamento por homologação e indique qual ou quais dos seguintes impostos se submete(m) a essa modalidade de lançamento:

- ▶ imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal (ICMS);
- ▶ imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS);
- ▶ imposto de renda (IR).

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	